



EIXO 1: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

A POLÍTICA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE SOBRE A FUNCIONALIDADE DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Antonio Pereira de Carvalho

UESB

apcprof9@yahoo.com.br

Leila Pio Mororó

UESB

lpmororo@yahoo.com.br

Resumo

O presente texto tem como objetivo apresentar o resultado da pesquisa de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB). Tendo como foco de estudo a política de formação de professores em um município de pequeno porte da Bahia, o objetivo geral da investigação foi analisar como tem sido o processo de implantação e implementação da política de formação de professores em sistema municipal de pequeno porte, em regime de colaboração com a União e o estado, a partir da LDB de 1996. Com base epistemológica no Materialismo Histórico e Dialético (Marx, 1982; Paulo Netto, 2011), a pesquisa foi realizada em um município de pequeno porte, localizado na mesorregião geográfica Centro Sul Baiano e contou como instrumentos de coleta de dados o levantamento documental (Cellard, 2008), a realização de entrevista semiestruturada (Triviños, 1987; Manzini, 2004) e a aplicação de questionário (Andrade, 2009). Foram realizadas 6 entrevistas semiestruturadas, sendo 4 com os coordenadores técnico-pedagógicos da secretaria municipal de educação, 1 com um ex-secretário municipal de educação e 1 com o atual gestor da pasta. A aplicação dos questionários se deu por ser um instrumento de coleta de dados que pode ser aplicado a vários participantes ao mesmo tempo, sendo encaminhados 119 formulários do Google, pela rede social WhatsApp, para professores efetivos da rede municipal de ensino, tendo a devolução de 71 (59,7%) deles. A partir dos documentos analisados, verificamos que a formação docente está prevista em vários documentos oficiais da rede municipal estudada, como o Plano Municipal de Educação (PME), o Estatuto do Magistério

Municipal e o Plano de

Carreira dos Professores Municipais. Além desses, foram analisados outros documentos oficiais de gestão, tais como: texto do convênio da Prefeitura municipal com a Universidade Estadual da Bahia - UNEB, referente a realização do curso de Pedagogia no município pelo Programa Rede UNEB 2000; as fichas de matrículas, gerais e individuais, de alunos cursistas. A partir da análise desses documentos, constatamos que rede de ensino teve, a partir da promulgação da LDB de 1996, uma preocupação com a formação inicial de seus professores, estabelecendo políticas internas de formação realizando, em regime de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação (Curso Proleigos) e em parceria com a UNEB, a formação de quase 100% de seu quadro efetivo de docentes ainda na primeira década dos anos 2000, buscando alinhar o sistema municipal às, então, novas exigências legais de formação mínima estabelecidas pela LDB aos professores da educação infantil e do ensino fundamental anos iniciais. A partir das ações realizadas pelo Sistema Municipal de Ensino na primeira década do século XXI, em 2024, dos 187 docentes efetivos, apenas seis professores não tinham o curso de licenciatura como formação inicial. Em relação à formação continuada, dos 181 professores com licenciatura, 157 fizeram uma, ou mais, pós-graduação *lato sensu* (especialização) e 12 fizeram pós-graduação *stricto sensu*, sendo 11 em nível de mestrado e uma em nível de mestrado e doutorado. O estudo levou às seguintes considerações: a implementação da formação inicial de professores no sistema municipal de ensino estudado, em colaboração com a União e o estado, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, tem sido um processo contínuo, mas as ações mais específicas ficaram centradas na primeira década dos anos 2000, em razão da possibilidade de utilização dos 60% dos recursos do Fundeb, nos cinco primeiros anos de sua implantação, para a formação docente, favorecendo a realização de convênio com a Rede UNEB 2000. Em termos da valorização docente, a ampliação da formação em nível superior, logo no começo do século, favoreceu a aprovação de Plano de Carreira dos Professores Municipais que contemplasse a relação entre formação, carreira e salário. O que percebemos, porém, é que, apesar desses ganhos iniciais, aspectos relacionados, por exemplo, à adequação da formação à área de atuação docente nos anos finais do ensino fundamental no município, se deu por iniciativa própria do docente, não sendo adotada pelo município nenhuma iniciativa de adesão a programas nacionais de formação em primeira ou segunda licenciaturas para garantir a formação dos professores dos anos finais dessa etapa da educação básica. O

mesmo tem se repetido em relação à formação continuada. Apesar do município ter alcançado a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE), não foi possível verificar a existência de uma política pública de formação continuada específica que traga respostas à necessidade de se assumir a formação dos professores de um sistema público de ensino como um dever do Estado estabelecendo, portanto, os direitos de afastamento, no caso da formação para titulação, e de carga horária contemplada dentro da jornada de trabalho docente para a formação continuada como uma exigência própria da atividade docente e relacionada às necessidades pedagógicas do sistema de ensino. Concluímos que a política de formação inicial e continuada em municípios de pequeno porte tem grande dependência do regime de colaboração, tanto na formulação quanto na execução das políticas, haja vista que esses, muitas vezes, não têm condições, sozinhos, de proporcionar as formações para os seus professores, precisando manter uma boa articulação como os outros entes federados (Estado e União) para que possa executar as suas propostas de formação.

Palavras-chave: Política de formação docente, regime de colaboração, rede municipal de ensino.

Referências

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987.